DOCUMENTOS BÁSICOS PARA PLEITEAR RESTITUIÇÃO

* Em todos os casos deverá ser juntada procuração (caso o subscritor do requerimento não for quem consta como sacado da guia) e contrato social (caso se trate de pessoa jurídica).

* **IMPORTANTE:** Caso os documentos juntados não sejam suficientes para comprovação da necessidade do ressarcimento, poderá ser solicitada a sua complementação.

Ato Extrajudicial não realizado / Escritura Pública Cancelada:

Guia FUNREJUS, comprovante de pagamento e certidão do Cartório informando o motivo da não utilização da guia.

Guia Recolhida equivocadamente:

Guia FUNREJUS da qual se postula restituição, guia FUNREJUS utilizada para realização do ato, ambas com comprovante de pagamento, e certidão do cartório dando conta do equívoco.

Duplicidade (mesma guia quitada duas vezes):

Guia FUNREJUS com os dois comprovantes de pagamento.

Isenção Funcionário Público:

- Guia utilizada para o ato juntamente com comprovante de pagamento.
- Documento que comprove a condição de funcionário público.
- Matrícula do imóvel em questão (com o registro em nome do requerente) ou Escritura Pública de Compra e Venda.
- Declaração de duas testemunhas sob as penas da lei que conhecem o requerente e de que este reside no imóvel em questão (as declarações devem ter firma reconhecida ou estarem acompanhadas de cópia de documento de identificação oficial das testemunhas, a fim de verificar as assinaturas).
- Comprovante de residência, do imóvel adquirido (conta de água, luz ou telefone fixo).

Metragem inferior a 70m²:

- Guia utilizada para o ato juntamente com cópia de comprovante de pagamento.
- Matrícula do imóvel em questão ou Escritura Pública de Compra e Venda do imóvel (ambos devem constar o nome do requerente).
- Declaração de duas testemunhas dando fé sob as penas da lei de que conhecem o requerente e de que este reside no imóvel em questão (as declarações devem ter firma reconhecida ou estarem acompanhadas de cópia de documento de identificação das testemunhas, a fim de verificar as assinaturas).
- Comprovante de residência, do imóvel adquirido (conta de água, luz ou telefone fixo).

Integralização de Capital Social:

Guia FUNREJUS quitada para o ato juntamente com comprovante de pagamento; matrícula do imóvel; certidão ou declaração da Prefeitura de que é isento do ITBI e cópia do Contrato Social da empresa.